

HISTÓRIA DAS MULHERES EM MITOS E CONTOS DE FADAS

HISTORY OF WOMEN IN MYTHS AND FAIRY TALES

*Denise Gabriel WITZEL**

Resumo: A partir de um recuo histórico, este trabalho dá visibilidade a discursos que implicam processos de subjetivação/objetivação das mulheres. Ancora-se sobre o pano de fundo da relação entre sujeito, verdade e poder, para verificar procedimentos reguladores que produziram, na ordem mítica e feérica, discursos de verdade sobre o ser feminino. Parte-se do princípio de que, muito mais do que narrativas que falam sobre a mulher, elas retratam normatizações sobre seu corpo, sua alma, seus pensamentos, suas condutas. Assim, mitos e contos de fadas são aqui examinados como uma profusão de discursos que abrigam práticas modelares e orientam, sob regimes de governamentalidade, para modos de ser e agir.

Palavras-chave: Identidade do feminino; Foucault; Mitologia; Contos de fadas.

Abstract: From a historical retreat, this work gives visibility to discourses that imply processes of subjectivation / objectivation of women. It is based on the background of the relationship between subject, truth and power, to verify regulatory procedures that have produced, in the mythical and fairylike order, discourses of truth about the female being. It is assumed that, much more than narratives that speak about woman, they depict standardizations about her body, her soul, her thoughts, her behaviors. Thus, myths and fairy tales are examined here as a profusion of discourses that place modeling practices and guide, under regimes of governmentality, to ways of being and acting.

Keywords: Identity of the female; Foucault; Mythology; Fairy tales.

Introdução

Michel Foucault, em seu curso do *Collège de France* de 1978, discorre sobre a noção de governamentalidade. Para além de pensar nos atos de governar de um soberano – sobretudo na ideia que isso

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – FCLAr. Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava-PR. Contato: denisewitzel@uol.com.br.

seria gerir territórios e populações – o filósofo inquieta-se com o como governamos e com o como somos governados; dá relevo à relação existente entre o governo de nós mesmos, o governo dos outros e o governo do Estado. Insere tal noção no cerne de suas discussões sobre os micropoderes exercidos nas e pelas relações cotidianas, com o intuito de examinar mecanismos de controle social e individual. Em suma: ele entende que governar não se resume à esfera política, mas à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes.

Ancorado, fundamentalmente, nessa forma de pensamento, este estudo retrança parte de um itinerário descontínuo da história das mulheres, com o objetivo de dar visibilidade a práticas de governo que impuseram um modo de ser e de agir do feminino. Muitas vezes invisíveis, porque distantes, e sofisticadas, essas práticas colocam em jogo várias matrizes de poder cujos discursos implicam disciplinas, códigos morais rígidos e autoritários. Um recuo histórico revela um sem número de séries e de lugares discursivos voltados para o governo do corpo, da alma, dos pensamentos e das condutas; em outras palavras, para os modos de ser das mulheres. Dentre esses lugares, ganha especial relevo a tradição mitológica e sua atualização em contos de fadas.

Assim, sob o pano de fundo da relação entre verdade, sujeito e poder, na esteira da analítica foucautiana, repertoriaremos certo trajeto histórico que nos leva ao feérico mundo do feminino. Daremos relevo a processos de subjetivação/objetivação retornando à noite dos tempos, época em que as mulheres governavam, para, então, destacar o mito da Psiquê e suas reinvenções no extraordinário mundo dos contos de fadas, época em que as mulheres passam a ser governadas.

Ressalte-se que é difícil imaginar alguém que, quando criança, não tenha se envolvido com a atmosfera mágica dos contos de fadas, verdadeira fusão de fantasia e realidade, em cuja trama conflituosa convivem personagens inesquecíveis. Se, de um lado, esses personagens conquistam, há séculos, crianças e adultos em toda parte do mundo, de outro, esses mesmos personagens intrigam e desafiam historiadores, psicólogos, críticos literários, antropólogos, sociólogos, professores e analistas de discursos, dentre tantos outros que se inquietam com as histórias de princesas, reis e rainhas, madrastas, bruxas malvadas e fadas boazinhas, passadas de geração em geração.

São histórias que, ao tempo em que nos encantam, perpetuam modelos de sociedade e, especialmente, de figuras femininas – frágeis, dóceis e ingênuas – fortemente estereotipadas no imaginário social.

Mulheres nos tempos fabulosos

Contar e ouvir histórias são práticas social e culturalmente indissociáveis do ser humano, desde as mais antigas civilizações. Quer como personagem (uma deusa ou sacerdotisa), quer como contadora (ama, tia, mãe ou avó), a mulher sempre ocupou um lugar importante nessa prática perene. Lembremo-nos das fiandeiras que, na Idade Média, teciam os fios das roupas e, paralelamente, teciam os fios de tramas narrativas povoadas de encantamentos mágicos e místicos. Pela voz e gestos de narradoras habilidosas, descortina(va)m-se seres sagrados, ninfas se definhando de amor por um humano, heróis destemidos, monstros apavorantes, criaturas assustadoras e tantos outros. Lembremo-nos, também, da Sherazade, talvez o melhor exemplo do lugar da mulher no seu milenar envolvimento com ato de contar histórias; o melhor exemplo, sem dúvida, da artimanha da mulher para resistir ao igualmente milenar exercício de poder masculino, pois foram suas estratégias de contista que, ao longo de “Mil e uma noites”, transportaram o tirano para o lado de lá, a região encantada onde o que importa acontece. Galvanizando o rei com suas histórias tão fantásticas quanto reais, Sherazade deu fim à perversidade do soberano, salvando sua vida e todas as demais donzelas daquele reino.

Esse lugar de contista certamente contribuiu para que as mulheres desempenhassem os principais papéis nos contos de fadas como camponesa, princesa, bruxa ou fada (MENDES, 2000). Mas quando as mulheres se transformaram nessas personagens tão famosas quanto instigantes? Onde e como surgiram os contos de fadas? Por que o atual império das imagens não retirou a força das tradicionais narrativas?

As hipóteses quanto à sua origem são muito imprecisas, na medida em que eles derivam da prática oral: podem ter surgido na Idade Média ou ser de origem ainda mais remota, chegando às narrativas da Índia e do Oriente. Um famoso conto como o da Cinderela, por exemplo, já teria sido contado na China, no século IX

d.C. Contudo, o fato indiscutível é que muitos dos contos que foram preservados e que são reproduzidos hoje foram compilados por Charles Perrault, na França do século XVIII e, mais tarde, reavivados e redefinidos pelos irmãos Grimm, na Alemanha do século XIX.

Há que se sublinhar um ponto bastante importante: sob os contos de fadas pulsam os mitos. Isso significa, sob o olhar discursivo, que as palavras ditas por princesas, bruxas, fadas, chapeuzinhos e lobos, assim como suas ações, não esquecem seus trajetos. Nas tramas interdiscursivas, irrompem discursos remanescentes da tradição mitológica, ou seja, nos contos, ressoam as vozes que subjetivaram as mulheres lá no tempo fabuloso dos começos, época em que o poder era exercido por mulheres divinas.

Com efeito, um olhar atento para o início da história da humanidade flagra marcas histórico-culturais que levam antropólogos a crerem na existência de uma sociedade matriarcal. Mais do que “crerem”, eles descrevem um tempo em que as mulheres eram soberanas, cultuadas, porque associadas à natureza. Elas representavam a lua e, por isso, eram celebradas como deusas do amor e da fertilidade, capazes de presidirem a vida e a morte, além de conseguirem proteger as colheitas. Comandavam, na verdade, todos os elementos e os homens. Estes viam na mulher uma força mágica e misteriosa, tão maravilhosa quanto o próprio universo, principalmente, porque consideravam a maternidade uma manifestação divina, portanto, associada ao sagrado. Assim, as druidesas e as sacerdotisas gozavam de uma autoridade prodigiosa nessa sociedade politeísta, pagã, concentrando em si tudo: beleza – saber – poder. Era, pois, a época da vida regida e controlada por uma Deusa-mãe.

Ao passar rapidamente pela história do matriarcado, Perrot (2005) pontua que seu desaparecimento se deu, porque as sociedades bárbaras, matriarcais e matrilineares eram quietas, felizes, mas estagnadas. Isso propiciou a irrupção da violência na história, o aniquilamento do poder feminino e a emergência do progresso. “A virilidade é guerreira, mas produtiva; a feminilidade é doçura lânguida” (PERROT, 2005, p. 267). Representação considerada pela historiadora como a forma mais tradicional de se conceber a diferença entre os sexos.

Observando o fim da hegemonia feminina, sob o ponto de vista religioso, pode-se dizer que ele data no momento em que aquela

Deusa-mãe foi substituída pelo Deus-pai (Javé ou Jeová), a divindade imposta e consagrada pelo monoteísmo judaico-cristão. Fosse outra a história, talvez hoje no lugar de “Pai nosso que estais no céu...”, diríamos “Mãe nossa...” o que, segundo Mendes (2000), seria mais coerente com a imagem da criação. Entretanto, bem conhecemos as evoluções dos fatos: os interesses se voltaram para a sedimentação de uma sociedade dos homens. Para sermos mais precisos em relação ao ponto na linha do tempo histórico em que essa sociedade foi erigida, consideremos o momento em que o mundo ocidental passou a rezar a bíblia do patriarca Abraão, literalmente, ou seja, quando os hebreus deram início ao poder pastoral, voltado para os valores, a ética e a cultura cristãs, marcando rupturas, novos acontecimentos, emergências e práticas de individualização (FOUCAULT, 2008).

Sobre essa patriarcalização da sociedade, notadamente sobre o processo de cristianização que tomava como objeto a conduta dos indivíduos, Foucault (2008, p. 251), quando trata do poder pastoral e das “revoltas de condutas”, ajuda-nos a entender que os efeitos daquele poder, no período de implantação da “salvação das almas” das mulheres. Estas que, antes divinizadas, passaram a ser tentadas pela subversão de um poder que as dominava e as negava (PERROT, 2007).

Em seu curso sobre “Segurança, território e população”, particularmente na *aula de 1º de março de 1978*, Foucault (2008) dá prosseguimento às suas discussões acerca da relação entre religião e política, ou melhor, entre o pastorado e o governo. Ao mostrar como o pastorado “pôde de certo modo explodir, dispersar-se e adquirir a dimensão da governamentalidade” (p. 255), ele dá relevo à ideia de que o governo é uma condução de “condutas” e de que nas suas fronteiras, coexistem movimentos de resistência denominados de “contracondutas”. Pensando nas técnicas de poder pastoral, caracterizadas pela presença de um pastor apto a reunir os indivíduos dispersos e, com eles, formar um rebanho a ser conduzido em direção à salvação, Foucault observa que não poucos queriam ser conduzidos de outro modo, por outros condutores, por outros pastores e para outras formas de salvação. Quer dizer, esses que resistiam ao poder pastoral não o faziam na forma de uma recusa do poder ou em função de uma revolta política ou, ainda, porque se achavam atingidos por uma exploração econômica; sua “contraconduta” ia de encontro ao governo da individualização, cujas técnicas mais difundidas eram a exigência

de uma obediência total e a extração da verdade do sujeito mediante exames de si, interrogatórios, exercícios espirituais, direção de consciência, reconhecimento de culpa e, sobretudo, confissão.

Todas essas práticas de salvação provocaram importantes efeitos subjetivadores do feminino, pois, no momento em que se definiam os contornos da sociedade dos homens, à luz dos preceitos da austeridade cristã, principalmente ao longo da alta Idade Média, muitas mulheres precisaram produzir outras e diferentes verdades sobre si; precisaram, a bem dizer, submeter-se a todo um código normalizante de seus atos e palavras. A atenção sobre elas, agora, girava em torno da obediência às condutas impostas por clérigos e governantes homens. Passaram a ser constantemente avaliadas e vigiadas por esses senhores imbuídos de ideais “misóginos”, porque “convencidos da impureza e da inferioridade da mulher, e até mesmo da sua ‘ruindade’” (PERROT, 2007, 88). Isso explica a atração de algumas mulheres para as “revoltas das condutas”, como destaca Foucault:

revoltas de conduta estão muitas vezes ligadas a[o] problema das mulheres, do seu estatuto na sociedade, na sociedade civil ou na religiosa [...] floresceram nos conventos femininos [...] vocês veem também todos os grupos que se constituem em torno das **mulheres profetizas** na Idade Média (2008, p. 259, grifos meus).

Foi assim, no exercício da contraconduta, que muitas mulheres profetizas, herdeiras dos poderes mágicos e divinos da tradição pagã, foram transformadas em feiticeiras. A desobediência dessas mulheres, isto é, o fato de elas não se submeterem às vontades de seus pastores (católicos) e de não renunciarem suas crenças em favor de uma identidade cristã, provocou um dos mais intensos movimentos de repressão do ser feminino. Estou me referindo aos tribunais da inquisição que, diante de condutas femininas suspeitas, interpretaram-nas como uma ameaça, um perigo e uma ofensa à moralidade. Daí o grande incêndio da história que silenciou milhares de mulheres¹.

¹ As leis que regiam o certo e o errado em relação às condutas das mulheres feiticeiras, particularmente em relação às atitudes ditas nocivas, que justificavam a sentença de morte no fogo purificador, baseavam-se nos escritos do *Malleus Maleficarum*, publicado no ano de 1486. A caça às feiticeiras aconteceu de forma mais exarcebada entre os séculos XVI e XVII, na Alemanha, Suíça, França, Itália e Espanha; estima-

Mas o que, mais precisamente, o poder pastoral reprovava nessas mulheres, a ponto de persegui-las durante séculos, para queimá-las vivas? Muitas coisas, segundo Perrot (2007): elas desrespeitavam a razão e a medicina, em função de suas práticas mágicas; manifestavam uma sexualidade desenfreada, afrontando os condutores de conduta que definiam idades (o sexo era interdito na menopausa) e posições (a única posição aceita era a mulher deitada e o homem sobre ela), além de ignorarem as orientações para fazerem sexo somente com o objetivo da reprodução. Tendo em conta essas contracondutas, e muitas outras, foram associadas ao Diabo, ou pior, dizia-se que elas eram o próprio Diabo.

Ao entenderem as feitiçeras constituídas por uma possessão demoníaca, elas deixaram de ser representadas como moças belas, dotadas de um corpo jovem e sexuado, feito para o prazer e para a maternidade, tal como eram na antiguidade. Foram transformadas em seres envelhecidos, horrendos e assustadores, para falar o mínimo. Além disso, todo esse mal a elas atribuído pelo clero dá força à eterna desconfiança com relação à Eva e ao eterno enaltecimento da Virgem Maria. Toma-se como esteio o modelo da mulher sem sexo em contraste com aquela sexuada, pleno de prazer, capaz de atrair e matar os homens. Em resumo, acreditava-se que uma mulher feitiçeira matava com seu olhar, “ela tem mau-olhado”; tinha a pretensão ao saber; desafiava todos os poderes: “o dos sacerdotes, dos soberanos, dos homens, da razão” (PERROT, 2007, p. 90). Desejavam, pois, seguir outras orientações de condutas.

Contudo, a despeito da eficiente estratégia que tentou silenciar as feitiçeras, elas não foram totalmente caladas, na medida em que permanecem na memória popular e histórica. Sem dúvidas, os séculos de perseguição não foram suficientes para fazer o mito da feitiçeira ruir sob novos acontecimentos. Ainda que alvo contínuo de suspeitas, elas resistiram nas pequenas aldeias e cidadezinhas, onde, curandeiras solitárias, buscavam recuperar sua identidade de “Mãe Natureza”. Mas é nas narrativas folclóricas, transformadas em contos de fadas, que o elo entre a mulher e os poderes ocultos pode ser encontrado abundantemente.

se que noventa mil mulheres foram queimadas naquela época e a mais famosa, certamente, é Joana D’Arc.

Mulheres: do mito aos contos de fadas

Mito ou conto? Para além do fato, até certo ponto óbvio, de que conto e mito *contam*, já que são narrativas de caráter retrospectivo, atualizando ecos do memorável, há que se considerar que o passado a que cada um se refere é distinto: o mito revela deuses, heróis fabulosos, seres sobrenaturais, para explicar a existência, a realidade e a origem da vida no universo; os contos, e aqui falo exclusivamente dos contos de origem popular dos quais derivaram os contos de fadas, inscrevem-se no espaço da ficção.

Surgiram os mitos a partir do momento em que, nos primórdios, os homens se deram conta de que a natureza humana precisava ser explicada, tal como fazem as religiões de hoje. Assim, tudo que cercava nossos ancestrais era passível de questionamentos, encantamentos e receios. A forma simples do mito, argumenta Brunel (1998), é constituída pelo jogo de pergunta e resposta: “uma resposta à qual não cabe outra pergunta, pois ela se anula no instante de sua formulação: é uma resposta decisiva”. Naquilo que o mito revela, encontra-se o ser, o deus, as práticas fortemente ligadas à magia da condição humana e divina. Isso faz dos mitos uma história sagrada atravessada por símbolos, desafiando-nos a enxergar para além das fronteiras esfumaçadas em que vivem os seres humanos, entre o conhecido e o mistério, entre o consciente e o inconsciente.

Em seu conhecido estudo sobre a morfologia dos contos de fadas, Vladimir Propp apresenta, sob o ponto de vista estrutural, uma tese segundo a qual existe nos contos tradicionais um número limitado de funções e uma sucessão idêntica de acontecimentos, ou seja, os contos são constituídos por invariantes. Sua investigação parte dos contos russos de Afanassiev e os resultados, logo em seguida, foram exportados para a análise dos contos do mundo inteiro, com os riscos de erros inerentes a qualquer tipo de generalização como essa. Um exemplo rápido do que constatou Propp é que, em regra, um personagem, na falta de algo, parte em busca de auxílio para conquistar sua felicidade, que se encontra na forma do casamento. “Cinderela” e “Branca de Neve” se encaixam estruturalmente nesse esquema.

Questionando-se sobre a possibilidade de haver uma origem comum para todos os contos, o linguista russo chega à conclusão de que as práticas ritualísticas de povos primitivos estão subjacentes aos

contos. Práticas que enriqueceram o imaginário de magia e de informações sobre como era a realidade social de um determinado povo, seus costumes e suas crenças, além de informações sobre o próprio ser humano. E é no âmbito dessas vibrações mágicas e anseios por explicações, numa época cheia de seres que confiavam no invisível e no inefável, no imprevisível e no improvável que surgiu o personagem mais famoso dos contos de fadas, ainda que seja rara sua presença: ela própria, a *fada*.

Derivada do latim *fatum*, fada pode significar destino. Por essa vertente, as fadas seriam descendentes diretas das Parcas romanas que, por sua vez, remetem às Moiras, divindades gregas identificadas por seus poderes de controlar e determinar o destino dos mortais. Eram três as Parcas: Clotho, Atropos e Lachésis. Uma era a fiandeira e, por ocasião de um nascimento, ela tecia a teia estabelecendo o tamanho do fio conforme o tempo de vida daquele bebê; a outra enrolava esse fio durante o tempo de existência do mortal; a terceira cortava o fio quando chegado o momento de ele morrer. Vê-se, pois, que essa concepção de mulher controladora dos destinos, com poderes para decidir sobre a vida e a morte, encarna a parte feminina anteriormente assinalada, que passou a ser mais tarde, com o advento do cristianismo, o Deus único e criador.

Essas Parcas eram conhecidas como *Tria Fata*, significante que, nas línguas modernas, transformou-se em fada (português), *fata* (italiano), *fée* (francês) *fairy* (inglês), *feen* (alemão) e *hada* (espanhol). Ao observar a raiz comum desses termos e o fato de que as primeiras referências às fadas, como personagem ou figuras reais, emergem na Idade Média, mais precisamente na literatura cortesã cavaleiresca de raízes celtas, Coelho (2008) entende que não há dúvidas quanto à afirmação de que as fadas tiveram uma origem comum, num remoto passado pagão, há muito enterrado. Estavam ligadas aos cultos e ritos religiosos dos Celtas, povo que, por volta dos séculos VII e VI antes de Cristo e VI e VII depois de Cristo, viveu espalhado pelo continente europeu, mas que se concentrou na região da Gália, hoje França, durante séculos.

Extremamente místicos, os celtas cultuavam as mulheres dotadas de poderes sobrenaturais, cuja relevância na história sagrada e nos acontecimentos que irromperam nos fabulosos tempos primordiais, a perenidade das fadas encarregou-se de mostrar. Como exemplo,

tomemos o mito da Melusina², mulher-fada reinventada em várias versões, mas que sempre guarda o traço fundante de ser uma mulher muito bela e muito poderosa, encarnando forças do Bem e do Mal; da cintura para baixo, ela assume a forma de uma serpente. O mito dessa mulher permite uma aproximação com o drama vivido pela primeira mulher da concepção cristã, na medida em que suas narrativas se entrelaçam pela presença da serpente e pela representação do corpo ambíguo.

Mediante um processo irreversível de mutação, as fadas chegaram até nós, guardando marcas de seus aspectos míticos. Cristalizaram-se como mulheres associadas tanto aos nascimentos das crianças, capazes de interferir no seu destino, quanto à natureza, capazes de governar o ar, a terra, o fogo e as águas (*sílfides, ninfas, salamandras etc.*, são algumas dessas fadas). Em linhas gerais, elas sobreviveram ao aniquilamento dos ritos pagãos e povoam os contos de fadas como seres dotados de virtudes e de muitos poderes mágicos, presidindo a vida dos personagens, auxiliando-os quando esgotadas todas as possibilidades naturais para a solução de dado problema. O avesso também é verdadeiro, ou seja, esse ser de virtude, que age como protetora e guia, pode ser, também, uma bruxa **fadada** a provocar o mal. Não raro, o senso comum reconhece que fada e bruxa são as duas faces da mesma moeda, a mulher.

Uma vez apresentadas as fadas (e as bruxas) como resquícios daquele poder feminino, tão presente nos primórdios, mas tão combatido, temido e queimado pelo poder judaico-cristão, vale rememorar o mito que mais fortemente vai ecoar no discurso dos contos de fadas. Trata-se da célebre narrativa mitológica que fala da história de amor de Psíquê e Cupido.

² O mito melusiano gira em torno da seguinte trama, narrada por Jean d'Arras (1392): Melusina é filha da fada Presina e do rei Elinas da Albânia. Em uma noite na floresta, aceita casar-se com Raimodin e protegê-lo sob a condição de ele nunca vê-la nos dias de sábado. Levavam uma vida de felicidade e fartura, até que Raimodin é persuadido a desobedecer a interdição e descobre o segredo da esposa: ela na parte de cima do corpo era mulher e na parte de baixo era uma cauda de serpente. O marido nada disse, mas quando um de seus filhos incendeia uma abadia e mata cem monges que lá estavam, Raimodin começa a enxergar o demônio na figura da fada. Ao acusá-la publicamente de ser uma traiçoeira serpente e a responsável pela monstruosidade cometida pelo filho, a fada se metamorfoseia em um dragão, foge voando e desaparece.

Todos os autores de que temos conhecimento e que fazem referência ao mito da Psiquê, Graziani (1998), Betthelhein (1980) e Mendes (2000), por exemplo, afirmam que ele remete a uma única fonte: o “Asno de Ouro”, de Apuleu. Essa famosa história de amor provavelmente nasceu muito antes, mas foi consagrada na mitologia grego-romana, sob a pena daquele escritor latino, no século II, da era cristã. La Fontaine, contemporâneo de Charles Perrault, foi um dos que reescreveu esse mito intitulando-o “Les amours de psyché e de Cupidon”, em 1669, não sem antes passá-lo pelo crivo da racionalização e da moralização. As aventuras de Psiquê estão, portanto, encaixadas no meio das aventuras de Lúcio, o personagem metamorfoseado em asno. Há um momento em que uma velha carcereira narra a história de Psiquê, não para Lúcio que a escuta com atenção, mas para Caridade, uma jovem cheia de medo e angústia, raptada no dia do seu casamento. A velha contou o seguinte.

Psiquê era uma princesa de extrema beleza, admirada e adorada pelos homens como se fosse uma deusa. Com ciúmes e inveja, Vênus (Afrodite) exigiu que seu filho Eros (Cupido), o deus do amor, castigasse Psiquê, fazendo-a se apaixonar pela mais vil das criaturas. Mas ao vê-la, foi ele próprio quem se apaixonou profundamente. O rei, pai de Psiquê, decidiu consultar o oráculo para saber qual seria o destino da filha, assustando-se com a revelação de que ela deveria ser exposta num deserto, para ser entregue a um monstro alado (uma serpente). No entanto, isso não passava de uma estratégia para que o vento Zéfiro pudesse roubar aquela que o Cupido elegeu, levando-a a um palácio encantado. Uma vez sozinha, todas suas vontades eram atendidas por vozes misteriosas e sua vida era rodeada de muita riqueza. À noite, ela celebrava suas núpcias com o esposo amado, mas sempre invisível. Certo dia, suas irmãs invejosas foram autorizadas a visitá-la e, movidas pela inveja, persuadiram Psiquê a desvendar a identidade do marido, dizendo-lhe que o invisível era, na verdade, uma serpente que queria matá-la. Munida de uma tocha e uma faca, Psiquê surpreendeu o marido dormindo, mas ao ver que ele era o lindo Cupido, sua mão tremeu e ela deixou cair uma gota de óleo quente sobre Eros. Este acorda queimado; argumenta que não pode conviver com tamanha suspeita; alça voo e desaparece.

Psiquê reintegrou-se no mundo dos mortais e, cheia de culpa e desespero, quis se suicidar, mas deus Pã interveio e a convenceu a

reencontrar o esposo. A partir daí, ela teve que enfrentar a fúria de Vênus e realizar as mais árduas tarefas que a sogra lhe impôs, inclusive uma descida ao inferno. Só obteve sucesso, porque formigas, plantas aquáticas, uma águia e uma torre ajudaram-na a realizar todas as tarefas com êxito. Contudo, tomada por outra curiosidade, caiu mais uma vez em desgraça. Ao trazer do inferno uma caixa contendo beleza, a pedido de Vênus, ainda que advertida de que não poderia olhar dentro da caixa, ela repetiu a transgressão: no lugar da beleza, ela deparou-se com um sono da morte, caindo desfalecida. Foi salva por Eros e acabou ganhando a imortalidade do grande deus do Olimpo. No devido tempo, nasceu Volúpia (Prazer), a filha do casal.

Esse mito sobrevive em um sem-número de interpretações e versões, dentre os quais ganham destaque os contos da Branca de Neve e o da Cinderela. Note-se que, ao recompor a história da celebração do amor da Psiquê, esses contos acentuam a dimensão feérica, mágica e atenuam as indicações de iniciação sexual. Em linhas gerais, os principais temas e elementos que reaparecem naqueles contos de fadas e, em decorrência, reaparecem na publicidade são: (i) princesas de extrema e imortal beleza; (ii) reencarnação de Vênus nas personagens das madrastas más; (iii) irmãs invejosas e árduas tarefas a cumprir, a exemplo da sina de Cinderela; (iv) o sono da morte, o mesmo da Branca de Neve (e, a título de complementação, é também o sono da Bela Adormecida); (v) o amor perfeito com passaporte para um casamento com final feliz para sempre.

Acrescente-se que a divinização da personagem, momento em que ela alcança o poder máximo, a imortalidade, é, não por acaso, silenciado em todas as narrativas infantis (MENDES, 2000). Essa divinização será reverberada num outro espaço mítico, com propósitos bem específicos: o da tradição religiosa cristã, pois a divinização de Psiquê reaparece na Assunção de Nossa senhora. Nessa mesma perspectiva, a proibição, a desobediência e o castigo remetem a redes de memória que envolvem não só o mito da Eva, mas também “todas as histórias de personagens femininas, a partir do monoteísmo patriarcal” (MENDES, 2000, p. 38).

Algumas análises de orientação psicanalítica sobre os mitos são importantes de serem recuperadas, como a do freudiano

Bettelheim (1980)³, por exemplo. Primeiro, há que se pontuar que esse psicólogo defende a ideia de que, no mito da Psiquê, a exemplo de muitos outros, há um depósito de significações inconscientes, a partir das quais é possível desvelar, além dos arquétipos do inconsciente coletivo, valores sociais e morais que se perpetuam. Com outras palavras, os mitos (e os contos) são vistos como um conjunto de ações e de personagens através dos quais o ser humano se reconhece; as etapas repetidas, como sofrer provocações, encontrar perigos e conseguir vitórias, contribuem com o auto-desenvolvimento, na medida em que encontram nas narrativas os significados de sua própria existência. É o que ele explica na seguinte passagem:

[...] para dominar os problemas psicológicos do crescimento [...] a criança necessita entender o que está se passando dentro de seu eu inconsciente. Ela pode atingir essa compreensão, e com isto a habilidade de lidar com as coisas, não através da compreensão racional da natureza e conteúdo de seu inconsciente, mas familiarizando-se com ele através de devaneios prolongados [...] com isto, a criança adéqua o conteúdo inconsciente às fantasias conscientes, o que a capacita a lidar com este conteúdo (BETTELHEIM, 1980, p. 16).

Quando tece considerações sobre a história da Psiquê, ele se concentra na rede simbólica do mito para analisar, à luz das formulações freudianas, a sexualidade da Psiquê, ou seja, a sexualidade de toda e qualquer mulher. Associa, por exemplo, “as ansiedades sexuais amorfas da moça inexperiente” e “a morte da condição de donzela” ao momento em que ela é entregue para o monstro serpente;

³ Bruno Bettelheim, psicólogo, escreveu o famoso livro “A psicanálise dos contos de fada”, de orientação freudiana. Ele se interessava pela psicologia infantil e propunha-se a orientar pais e educadores com relação à importância dos contos tradicionais para a construção e o desenvolvimento emocional e intelectual da criança. Em sua perspectiva analítica, os contos possuem uma relevância educativa e formativa, porque, ao ouvir as narrativas, ocorre uma ressonância das inquietações pessoais, ajudando os pequenos a (re)elaborarem seus conflitos íntimos e, assim, eles se sentem mais seguros e compreendidos. Escreveu o livro tendo em vista os profissionais da área, e não os teóricos, daí ele ter um caráter mais pedagógico e prático; daí, também, ter conquistado tanto sucesso, tornando-se um dos mais conhecidos estudos dedicados aos contos de fadas.

“o intenso sentimento negativo de uma jovem contra quem lhe roubou a virgindade” ao ato de querer cortar a cabeça do amante. Prossegue tratando da mudança de um prazer sexual ingênuo para um prazer maduro, além de outras considerações que giram em torno da atitude de Psiquê iluminar Eros, atitude que, segundo o psicólogo, adverte para o fato de que “a tentativa de conscientização [do ato sexual] antes de estarmos bastante maduros para isso ou quando feita por desvios, tem consequências extensas” (p. 333). Por fim, assevera:

[...] apesar de todas as advertências quanto às funestas consequências de tentar pesquisar sobre o sexo e a vida, a mulher não se contenta com a ignorância sobre o assunto. Uma existência cômoda numa ingenuidade relativa é uma vida vazia que não se pode aceitar. Apesar de todas as provocações que tem de sofrer para renascer com uma humanidade e consciência integrais, a história não põe em dúvida que é isso que a mulher deve fazer (BETTELHEIN, 1980, p. 334).

Ainda na esteira da psicanálise, outros estudiosos apontados por Mendes (2000) entendem que a Psiquê é “a alma da mulher, o cerne da psicologia feminina, que só pode ser compreendida à luz da cultura matriarcal mediterrânea pré-grega” (MENDES, 2000, p. 38). Entendem mais: a Psiquê representa a vitória da alma feminina, uma vez que ela se envolveu numa disputa contra a Deusa Mãe (Vênus) e, após duras provas, reconquistou o esposo e transformou-se numa deusa. Ela emerge triunfante, portanto.

Face às análises que seguem essa linha de raciocínio, tem razão Mendes (2000) quando observa que não se pode deixar de levar em consideração o fato de que o mito da Psiquê nasce no cerne de uma sociedade que se consolidava à luz dos interesses do patriarcado. Quer dizer, as condições de produção da “vitória” de Psiquê são históricas e estão longe de nos fazer pensar em uma mulher que teria triunfado por ser forte e independente. Ao contrário, ela é uma personagem tal como deveria ser uma mulher daquela época: frágil e passiva. Concluímos isso, porque ela foi o tempo todo auxiliada, protegida, amparada por outros personagens; foram esses, na verdade, que lhe proporcionaram a imortalidade, ou seja, a vitória. Em nenhum momento, ela decide algo sozinha.

[...] aceitou prontamente ser entregue ao noivo-monstro, aceitou amá-lo no escuro, aceitou a ideia das irmãs de iluminá-lo e matá-lo. E quando se viu só e abandonada, pensou logo em suicidar-se. A cada nova tarefa imposta por Vênus, voltava a ideia do suicídio. Os obstáculos só foram superados graças à ajuda dos auxiliares mágicos. Foi vencida duas vezes pela curiosidade e só pode sair do sono letárgico pelas mãos de Cupido (MENDES, 2000, p. 41-42).

A tudo isso se somam a advertência e a repreensão do Cupido, além da intervenção do deus Zeus, cuja força máxima imortalizou a princesa. São atitudes que dão a ver a tradicional relação de poder entre homens e mulheres.

Muitas outras considerações poderiam ser acrescentadas a respeito da mais clássica história de amor, mas basta ter em conta que, a partir dela, sedimentaram-se dois modelos de mulher, quer se trate de um mundo feérico ou real, de acordo com os saberes e os poderes que definiram tais modelos, em tal sociedade e em tal época. De um lado, temos a Deusa mãe, detentora de poderes mágicos que encarna a força do bem - bela e generosa com o filho - e do mal - invejosa e vingativa com a nora; de outro, temos a linda e jovem princesa constituída como um ideal de feminilidade, destinada a trilhar um tenebroso caminho para chegar ao final (feliz) que a sociedade dos homens lhe reservou, ou seja, o casamento. São mulheres, portanto, construídas historicamente, conforme as verdades que lhes atribuíram ora poderes e ora fragilidades.

Assim, admitida a influência dos mitos de um modo geral, e o da Psiquê de um modo específico nos contos de fadas e o fato de que o que dizem, mitos e contos, é incontornavelmente controlado, selecionado, organizado e redistribuído por procedimentos que determinam o que pôde ser dito em dado calendário e em dada geografia (FOUCAULT, 2007), observamos que a transformação do passado mítico nos contos de fadas, que conhecemos hoje, dão a ver Cinderelas, Branca de Neves e Belas Adormecidas eternizando modos de ser da mulher.

São modelos cujos padrões de comportamentos figuram como imperativos constantemente rememorados.

Considerações finais

A propósito do termo “governar”, Foucault sintetiza o seguinte:

Vemos que a palavra "governar", antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, a alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e a cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um comando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola. **Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir.** E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou a um processo de troca que passa de um indivíduo a outro. Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos. Não é, portanto, a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade (FOUCAULT, 2008, p. 164, grifos nossos).

Atentos a essa noção de governo, cujos efeitos incidem tanto sobre o indivíduo quanto sobre a coletividade, somos levados a entender que as mulheres, quando destituídas dos poderes de uma possível sociedade matrilinear, foram rigorosamente governadas de acordo com os preceitos de uma sociedade patriarcal. Muitas pessoas e em muitas épocas se inquietaram com os procedimentos necessários para controlar seu corpo, sua alma, suas atitudes e seus pensamentos, principalmente sob o governo da austeridade cristã.

Com vistas a recuperar certo itinerário na história das mulheres, examinamos jogos de verdade que presidiram esse governo. Nossas reflexões giraram em torno da construção histórica do ser feminino, antes deusa, depois bruxa; antes divinizada, depois queimada viva. Os desmembramentos desses jogos contribuíram para o

delineamento de uma sociedade na qual a mulher se definiu como um ser para o homem, em meio a dizeres memoriais, inaugurais que legitimam saberes sobre seus espaços e condutas.

No rastro dessa história, ganham especial relevo os mitos e suas (re)atualizações nos contos de fadas, notadamente o mito da Psiquê, assegurando efeitos identitários que contribuíram com os modos de subjetivação do feminino. A partir dessa narrativa, reverbera-se, ainda na atualidade, a tradicional ideia segundo a qual a salvação feminina só pode ser cumprida com o sacrifício da mulher ao homem, em consonância com as estratégias de subjetivação, trazidas à existência pelo saber e pelas práticas de enfrentamentos que se desenrolaram no curso da história das mulheres. De um lado, afloram imagens da figura masculina revestida de autoridade, força, coragem, sagacidade; de outro, à espera desse homem, emerge a figura feminina, construída como frágil, abnegada, dócil e sensível.

Referências

BETTELHEIN, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. Tradução de Carlos Sussekind *et al.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

COELHO, Nely Novaes. *O Conto de Fadas: símbolos, mitos e arquétipos*. São Paulo: Paulinas, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Tradução de Vera Porto Carrero, Antônio Carlos. Maia. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRAZIANI, Françoise. Psiquê. In: BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. Tradução de Carlos Sussekind *et al.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p.794-799.

MENDES, Mariza Bianconcini Teixeira. *Em busca dos contos perdidos*. O significado das funções femininas nos contos de Perrault. São Paulo: EdUnesp, 2000.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

Recebido em 09/09/2013

Aceito em 09/11/2013